

## 500 ANOS DE DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA E DO BRASIL\*

Ignácio M. Rangel\*\*

Quando Heródoto e Tucídides fundaram a ciência da **história**, estavam, ao mesmo tempo, no século V a.C., fundando a ciência da **geografia**. Nem podia ser de outro modo, até por que os conceitos de "grego" e de "bárbaro", muito próximos **espacialmente**, eram também próximos, **historicamente**. Com efeito, espacial e historicamente, isto é, sob as perspectivas de geografia e de tempo, uma das categorias era ininteligível, sem a outra.

---

\* Conferência de abertura da XIII Semana de Geografia da UFSC, proferida pelo Professor Ignácio Rangel, em 25 de maio de 1992. A referida semana teve como temática central os "500 anos da descoberta da América".

\*\*Ignácio M. Rangel, economista marxista de renome nacional, falecido em 04 de março de 1994, no Rio de Janeiro, foi presença intelectual marcante junto ao Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. Entre as inúmeras atividades do Prof. Rangel na UFSC destacamos o Curso "Desenvolvimento Econômico Brasileiro e o Centro do Sistema Capitalista", integrante da programação da IV Semana de Geografia, em 1983; a palestra "Desenvolvimento Econômico: Concentração x Descentralização", proferida na VIII Semana de Geografia, em 1987; o Curso "Análise Econômica da Evolução Histórica Brasileira", em outubro de 1987, promovida pela APGeo e pelo programa de Mestrado em Geografia; o debate "Privatização x Estatização" do qual também participaram Fernando Marcondes de Matos e Mauro Passos Guuimarães (APROSUL), em 1988 e a publicação de vários artigos na Revista GEOSUL ("Dualidade e Ciclo Longo". GEOSUL, ano II, n.3, 1º sem. 1987; "Fogo, Blindagem e Conjuntura". GEOSUL, ano V, n.10, 2º sem. 1991;

GEOSUL, No. 15 - Ano VII - 1o. semestre de 1993

O advento da América aos Tempos Modernos — coetâneos dos europeus dos séculos XVI e seguintes de certo modo reeditou a problemática que tiveram que conhecer Heródoto e Tucídides, quando a "civilização" teve que implantar-se em povos selvagens, por certo, mas de níveis muito diferentes de selvageria. Ora, esses níveis não eram, absolutamente indiferentes às condições peculiares a cada "pedaço" da América — um continente que, mais do que qualquer outro, estendia-se de pólo a pólo, desde os frígidos Ártico e Antártico, às zonas francamente tropicais, passando por variadas zonas subtropicais e subfrígidas.

Com efeito, a variedade de climas não pode ser indiferente ao surgimento das diferentes expressões de forças produtivas e correspondentes relações de produção. No México e no Peru, por exemplo, o clima revelou-se propício ao surgimento de relações de produção enquadráveis — tal como as das outras formações ameríndias — **comunistas primitivas**, mas, ao contrário destas, facilmente abertas ao surgimento de relações de produção já **feudais**, ou compatíveis com formas avançadas de **escravismo**, em prazos relativamente curtos.

No outro extremo, vamos encontrar enquadramentos climáticos hostis, mesmo para relações de produção escravistas: regiões ainda **anecumênicas**, ou apenas abertas a relações de produção comunistas primitivas — a exemplo das regiões francamente frígidas, especialmente na parte setentrional do continente, ou de boa parte da América Meridional amazônica, que, mesmo em nossos dias, permanecem **anecumênicas**, ou quase, como é o caso óbvio da região ianomani, dentro e contígua ao Brasil.

Ora, nenhum outro continente mostrou-se aberto a tão intensas mudanças nas forças produtivas/relações de produção, dados os climas ou condições de geografia física de suas diferentes regiões componentes. E um capítulo em grande parte aberto ainda, é o da **lógica** dessas mudanças.

O exemplo mais flagrante talvez se possa encontrar na América Setentrional — atuais Estados Unidos e Canadá —. No dia seguinte à

---

"Tarifaço", "Estagflação e Inflação" e "Konratieff e o Juglar", publicados no espaço Resenhas e Comentários de GEOSUL, ano V, n.10, 2º sem. 1991, além de entrevista publicada em GEOSUL, ano III, n.5, 1º sem. 1988).

Armen Mamigonian, membro do Conselho Editorial de GEOSUL, no artigo "Introdução ao pensamento de Ignácio Rangel" (GEOSUL, ano II, n.3, 1º sem. 1987) apresenta de forma didática as idéias rangelianas aos estudiosos da Geografia.

descoberta, esse meio-continente talvez se pudesse dividir em três partes, bem marcadas: 1) O Sul, isto é, os atuais México, América Central e Insular, como a região mais desenvolvida do conjunto, estava aberto à transição para formas relativamente avançadas de feudalismo, no próprio processo da conquista; 2) a região intermediária — Sul dos Estados Unidos atuais - contemporaneamente não oferecia ainda condições para o feudalismo, mas sim para uma escravidão mais ou menos avançada, exatamente como se fez subsequentemente, com mão de obra ameríndia e africana; 3) a região mais ao norte — Setentrional dos Estados Unidos, Canadá e Alasca — não oferecia condições para a escravidão nem, ainda menos, para o feudalismo, de modo que a conquista levou, quase imediatamente, à transposição, pura e simples, do modo de produção e das relações de produção mais avançadas, então vigentes na Europa.

Uma ordem inversa, como se pode ver, não obstante sua lógica impecável: do ponto de vista do tempo, isto é, histórico, as posições se invertiam, visto como áreas aparentemente condenadas ao anecúmeno, ou a comunismos primitivos muito primitivos, passavam à frente, sob o comando do capitalismo mercantil, com apoio na pequena produção de mercadorias; a posição intermédia — sob a hegemonia do capitalismo mercantil e de um vigoroso escravismo nascente, ficou ocupada pela área aberta a isso, com seu clima temperado; para a retaguarda foi impelida a área aparentemente mais propícia ao desenvolvimento, climática e socialmente aberta à pronta implantação de um feudalismo avançado.

O fato de que essas três regiões em que se dividiu, por força da própria conquista, a metade setentrional do continente americano, resultou, não na formação de uma unidade heterogênea, tanto do ponto de vista geográfico, como histórico: surgiram múltiplas unidades políticas, sob as hegemonias — do Sul, para o Norte — da Espanha, da França e da Inglaterra.

As coisas se passaram diferentemente na metade meridional do continente. Aí, a parte que tocou à Espanha teve que optar entre um feudalismo precoce, especialmente na área antes sob o domínio incaico — principalmente o Peru, o Equador e partes do Chile e da Argentina; a permanência nas condições anecumênicas, nas partes meridionais destes dois últimos países e nas parcelas amazônicas que tocaram à Espanha, onde, mesmo para o escravismo o clima era intratável, etc. Na parte que tocou a Portugal — nosso futuro Brasil — tivemos, por muito tempo, em vastas áreas, a permanência do anecúmeno (especialmente na Amazônia), do comunismo primitivo ameríndio, um pouco por toda parte, no vasto "continente" luso; a escravidão ameríndia e africana, também um pouco por toda parte; e, nas

regiões mais propícias à pronta exploração, especialmente no Nordeste semi-árido e nas constitutivas da atual Região Sul, foram surgindo formas precoces de feudalismo.

A parte espanhola foi dando origem a futuras "nações", mais ou menos homogêneas, condizentes com suas respectivas geografias físicas, ao passo que, na América portuguesa, a menor heterogeneidade, sob o ponto de vista da geografia física, deu origem, não a várias unidades políticas, mas a uma só futura nação de dimensões "continentais". Nosso Brasil.

Nosso país talvez se distinga das demais grandes regiões da América precisamente pela relativa homogeneidade, do ponto de vista da geografia física. Por isso mesmo ficou aberto o campo para uma assinalada diferenciação histórica. Partindo de um comunismo primitivo que, em muitos pontos raiava com o anecúmeno, fomos ascendendo a relações de produção/formações sociais cada vez mais altas, a começar pelo escravismo, passando ao feudalismo, ao capitalismo mercantil e ao capitalismo industrial. Em nossos dias, assistimos ao surgimento de primeiros passos de capitalismo financeiro, que não exclui o advento a formas óbvias de planejamento, deixando para trás formas variadas de anarquia da produção.

De certo modo, o Brasil vem reeditando todas as relações de produção conhecidas na história da sociedade humana, numa ordem que busquei definir através das "leis da dualidade". A seqüência geral tem sido a mesma da história universal, mas com a peculiaridade de que, em cada estágio do nosso desenvolvimento, duas formações sociais ocupam posições marcantes: uma em posição hegemônica; outra em posição subalterna. De tal forma, porém, que, no processo de transição para o estágio imediatamente superior, de certo modo a posição hegemônica passa a ser ocupada por uma variante da anterior formação subalterna.

Por exemplo: o período compreendido entre a Abertura dos Portos-Independência e a Abolição-República, passou-se sob a óbvia hegemonia da classe dos senhores-de-escravos, cabendo, entretanto ao capitalismo mercantil, com igual obvedade, a iniciativa do desenvolvimento. — Ora, com a Abolição-República, de certo modo trocam-se as posições: a classe líder do capitalismo mercantil passa a assumir a posição hegemônica, enquanto que uma classe derivada do escravismo, isto é, o latifúndio feudal, passa à posição de formação subalterna, o que não a impediu de, nos quadros da segunda Dualidade, exercer a iniciativa do desenvolvimento.

Com a passagem à terceira Dualidade — via revoluções de 1930 e 1937 — repete-se essa dança de relações de produção: o capitalismo industrial (variante progressista do capitalismo mercantil) passa a assumir a posição de

iniciativa do desenvolvimento, mas sob a hegemonia política do latifúndio feudal, chegando ao seu pleno amadurecimento. Chegamos assim, desde a Abertura dos Portos-Independência, ao **terceiro regime** — ou terceira Dualidade — mas de tal modo que duas classes partilham o comando da sociedade: uma empolgando a iniciativa do desenvolvimento das forças produtivas, enquanto a outra assume a hegemonia política.

Nossa presente "crise" — claramente associada à fase "b", ou recessiva, do quarto Ciclo Longo universal — prenuncia a transição a uma nova Dualidade, isto é, a quarta, quando as leis gerais de nosso desenvolvimento, prometem impor-se, mais uma vez: o capitalismo industrial começa a transitar para o capitalismo financeiro, ao mesmo tempo que formas mais maduramente capitalistas prometem substituir o latifúndio feudal. Com efeito, a recessão que parece sufocar toda a nossa economia, claramente não se aplica ao setor agrícola, o qual, desde a abertura da fase "b" do presente Ciclo Longo (1973) entrou a transitar para novo estágio do desenvolvimento das forças produtivas.

Com efeito, nos anos 70, o consumo de adubos minerais por nossa agricultura, alcançou níveis elevadíssimos, estimados em um crescimento de 14 por cento ao ano, fato corroborado por nossa presente "crise" agrícola que se exprime por uma safra sem precedentes, que o governo não sabe como financiar, nem sequer armazenar.

Os homens e mulheres de minha geração — cruzando o marco dos oitenta anos — lembram-se de uma crise assim, quando no quadro de uma **crise geral universal**, semelhante à atual, produzimos safras exportáveis sem precedentes. Somente de café, fomos obrigados a incinerar cerca de oitenta milhões de sacas.

Ora, nosso presente surto de capacidade ociosa não se limita aos bens agrícolas: diferentemente do observado na anterior "crise geral" — correspondente à passada fase "b" do anterior Kondratiev — a superprodução não somente não se limita aos produtos primários de exportação, alcançando, também produtos primários orientados para o mercado interno, como se contagia a várias atividades industriais, inclusive de indústria pesada, integrantes do chamado Setor I da economia.

De comum, porém, as duas crises gerais — transições das segunda para a terceira, e desta para a quarta dualidades — temos o fato de que a recessão não é um fenômeno que alcance toda a economia, visto como a recessão de algumas atividades coincide com a superprodução de outras. Em ambos os casos, portanto, a superação da crise deverá passar pela captação da poupança existente sob a forma de capacidade ociosa ou franca superprodução em certas

áreas do sistema, para aplicá-la, como investimento, nas áreas retardatárias, isto é, subcapitalizadas.

Nas presentes condições, entre estas últimas áreas encontram-se atividades estatizadas, o que quer dizer que a superação do problema supõe mudanças institucionais conducentes a sua privatização. Não, por certo atividades públicas que não estejam carecidas de novos investimentos: o equívoco fundamental de nossa presente política econômica, que supõe a privatização de atividades superinvestidas, a exemplo da Mafersa e da Usiminas.